



Contribuição dos saberes Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue em Mato Grosso do Sul para a Educação Ambiental e Justiça Climática

Heitor Queiroz de Medeiros¹

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

<https://orcid.org/0000-0001-5313-1811>

Lídio Cavanha Ramires²

Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Caarapó, MS

<https://orcid.org/0000-0003-0611-8459>

Resumo: Buscou-se compreender de que forma os saberes Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue, no município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul, podem contribuir com a Educação Ambiental e Justiça Climática. Considerou-se a abordagem das Sociedades Sustentáveis, bem como a articulação desta epistemologia indígena no processo de fortalecimento da Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental (REAJA). Os resultados da pesquisa expressam que os indígenas possuem modos de bem viver sustentáveis. Assim, é preciso que os responsáveis pelas políticas públicas deem audiência aos saberes indígenas, inclusive com políticas específicas que garantam a existência dos povos originários e suas epistemologias.

¹ Doutor em Ciências, professor pesquisador no PPGE/UCDB, líder do Grupo de Pesquisa em Diversidade Cultural, Educação Ambiental e Arte, CNPq-UCDB [heitor.medeiros@ucdb.br].

² Mestre em Educação pelo PPGE/UCDB, indígena Kaiowá, professor na Escola Municipal Indígena Nandajara Pólo, na Reserva Indígena Te'yikue, Caarapó, Mato Grosso do Sul [lidiocavanha@gmail.com].

Palavras-chave: Educação Ambiental. Justiça Climática. Saberes Tradicionais Indígenas. Guarani e Kaiowá.

Contribution of the Kaiowá and Guarani knowledge of the Te'yikue Indigenous Reserve in Mato Grosso do Sul to Environmental Education and Climate Justice

Abstract: The aim of this research was to understand how the Kaiowá and Guarani knowledge of the Te'yikue Indigenous Reserve, in the municipality of Caarapó, in Mato Grosso do Sul, can contribute to Environmental Education and Climate Justice. The approach of Sustainable Societies was considered, as well as the articulation of this indigenous epistemology in the process of strengthening the International Network of Researchers in Climate Justice and Environmental Education (REAJA). The research results show that the Indigenous people have sustainable ways of living. Thus, it is necessary that those responsible for public policies give audience to indigenous knowledge, including specific policies that guarantee the existence of native people and their epistemologies.

Keywords: Environmental Education. Climate Justice. Indigenous Traditional Knowledge. Guarani and Kaiowá.

Contribución del saber Kaiowá y Guaraní de la Reserva Indígena Te'yikue en Mato Grosso do Sul a la Educación Ambiental y la Justicia Climática

Resumen: Este trabajo trató de comprender cómo los saberes Kaiowá y Guaraní de la Reserva Indígena Te'yikue, en el municipio de Caarapó, en Mato Grosso do Sul, pueden contribuir a la Educación Ambiental y la Justicia Climática. Consideramos el enfoque de Sociedades Sostenibles, así como la articulación de esta epistemología indígena en el proceso de fortalecimiento de la Red Internacional de Investigadores en Justicia Climática y Educación Ambiental (REAJA). Los resultados de la investigación muestran que los pueblos indígenas tienen formas de vida sostenibles. Así, es necesario que los responsables de las políticas públicas sepan dar audiencia a los saberes indígenas, incluyendo políticas específicas que garanticen la existencia de los pueblos originarios y sus epistemologías.

Palabras clave: Educación Ambiental. Justicia Climática. Conocimientos tradicionales indígenas. Guaraní y Kaiowá.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte dos resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá, vinculado ao Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), integrante da linha de Pesquisa “Movimentos Sociais, Política e Educação Popular”, a partir do Edital de Seleção de Bolsista de Pós-Doutorado – Bolsa PNPd/CAPES.

2

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 2; dezembro de 2022
Recebido em: 11/10/2022
Aceito em: 29/11/2022

A pesquisa foi realizada em articulação com as atividades desenvolvidas no Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA/UFMT), através da participação em dois projetos de pesquisa, sendo o primeiro o projeto “REAJA - Rede de Educação Ambiental e Justiça Climática” aprovado através da Chamada Universal – CNPq nº 14/2014, que viabilizou a formação de um coletivo educador e pesquisador com a participação de seis entidades, sendo cinco universidades e uma entidade governamental, ou seja, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), tendo o GPEA na coordenação e mais cinco instituições parceiras: o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), que agrega a educação básica e o ensino superior em sua estrutura; a Universidade de Brasília (UnB); a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); a Universidade de São Paulo (USP), no *campus* em Piracicaba, especificamente pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ); e o Centro de Controle e Monitoramento de Acidentes e Desastres Naturais (CEMADEN). Por meio de diálogos permanentes, os integrantes desse coletivo último ensinam fortalecer as políticas públicas pela pesquisa, pela formação e pela comunicação.

O segundo projeto, Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental (REAJA), foi aprovado no Edital nº 037/2016 – Redes de Pesquisa em Mato Grosso, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). Trata-se de uma proposta também em rede que, por meio de diálogos de diversas instituições, busca sublinhar a importância da Educação Ambiental para a construção de políticas públicas que promovam o enfrentamento das mudanças climáticas.

A pesquisa foi desenvolvida como um subprojeto da Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental (REAJA), buscando entender de que forma os saberes Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue, no município de Caarapó, no estado de Mato Grosso do Sul, podem aportar contribuições para a Educação Ambiental tendo como referência o conceito de Justiça Climática, buscando ouvir/escutar, ou seja, o desenvolvimento da prática da escutatória. A partir desse processo, é possível

entender o modo de vida, os saberes Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue na busca da articulação desses saberes com o processo de construção de sociedades sustentáveis, como proposto no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Para Guimarães e Medeiros (2016), o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global já valoriza os conhecimentos indígenas. Este tratado foi construído a diversas mãos por educadoras e educadores ambientais de diversas partes do mundo, durante o Fórum Paralelo a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO 92 ou Rio 92, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992. Ele traz, explicitamente, no seu item II - Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que:

“[...] 9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue. [...] 11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.”

Da mesma forma, a Lei nº. 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), define, em seu artigo 4º, os princípios básicos da educação ambiental. Em seu item VIII, inserem-se o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

O arcabouço jurídico no Brasil nesse foco também está explicitado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, regulamentado pela Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que define como um dos princípios da Educação Ambiental, no artigo VI, respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.

Esse reconhecimento da importância dos saberes dos povos indígenas para a Educação Ambiental (EA) se deve ao fato inquestionável destes terem

manejado os recursos naturais de suas áreas ocupadas imemorialmente de maneira branda. Sua prática aplica estratégias de uso dos ambientes naturais de forma a não alterar seus princípios de funcionamento e, por conseguinte, esses usos não colocam em risco as condições de perpetuação desses ambientes.

Portanto, essas estratégias podem ser referência para uma forma de vida que efetivamente tenha na sustentabilidade socioambiental a base da organização social, reconhecendo em tais usos uma das referências para nossa busca de transformação paradigmática com a qual a Educação Ambiental vem trabalhando.

O GPEA reconhece que os efeitos das mudanças no clima em nível planetário e local serão drásticos e afetarão toda a humanidade, contudo, de forma e proporções diferenciadas, não havendo dúvidas que os grupos sociais vulneráveis, em especial aqueles economicamente desfavorecidos, serão os mais atingidos pelos desastres e fenômenos da mudança do clima, estando inserido aí os povos indígenas. O movimento ético que busca promover a inclusão social, com proteção ecológica e economia responsável, intitula-se Justiça Climática. (SATO, 2016, p. 1)

Entendemos que o tema dessa pesquisa – voltado para a busca do entendimento sobre a contribuição dos Saberes Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue, para a Educação Ambiental e Justiça Climática – torna-se referência para as discussões sobre Educação Ambiental, Justiça Climática e sustentabilidade socioambiental. Sabe-se que todos esses paradigmas convergem para a questão central de Kaiowás e Guaranis: a luta pela retomada de seus territórios ancestrais, tema fundamental para a educação escolar indígena.

A pesquisa teve como objetivo geral entender de que forma os saberes Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue podem contribuir com a Educação Ambiental e Justiça Climática na construção de Sociedades Sustentáveis, buscando a articulação dessas etnias indígenas no processo de fortalecimento da Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental (REAJA). Como objetivos específicos, destacam-se:

a) Investigar a concepção dos rezadores e anciões Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue sobre o significado do clima e como ele se apresenta e é entendido na sua cultura;

b) Verificar como os rezadores e anciões Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue têm percebido as mudanças do clima em seu território e de que maneira essas mudanças têm se apresentado com consequências no cotidiano da comunidade indígena;

c) Realizar evento a partir do princípio da “escutatória” na Reserva Indígena Te'yikue, com o intuito de escutar/ouvir dos rezadores e anciões Kaiowá e Guarani ensinamentos que possam empoderar a Educação Ambiental no foco da Justiça Climática;

d) Entender a partir do diálogo com os rezadores e anciões Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue como o princípio da ‘Terra sem Males’ presente na sua cultura pode contribuir com a definição de políticas públicas para Educação Ambiental, bem como para a Justiça Climática;

e) Articular com a comunidade Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue a elaboração de projeto visando estabelecer parcerias e viabilização de recursos financeiros para a realização do plano de gestão territorial e ambiental de seu território a ser elaborado pelos mesmos buscando definir suas prioridades para o manejo da biodiversidade de seu território no foco da implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI).

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi sustentada a partir da prática utilizada por pesquisadores indígenas, sendo desenvolvida basicamente por meio de encontros, conversas, observação, registo escrito em caderno de campo, além de fotografias e vídeos que, editados, transformaram-se em documentários audiovisuais.

Também foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre aspectos históricos relativos a terras indígenas da Reserva Indígena Te'yikue e os territórios ancestrais dos Kaiowá e Guarani nessa região, bem como a concepção dessa etnia indígena sobre territorialidade, sustentabilidade e a concepção dos

mesmos sobre a Terra sem Males, hoje se articulando com a noção do Bem Viver Kaiowá e Guarani.

A ESPIRITUALIDADE COMO CHAVE PARA MANTER O EQUILÍBRIO DA NATUREZA E DA VIDA NA PERSPECTIVA KAIOWÁ E GUARANI

Quem são os Kaiowá e Guarani da Reserva Te'yikue

Segundo Guimarães e Medeiros (2016), os Kaiowá e Guarani ocupavam tradicionalmente um amplo território, situado entre o rio Apa (Bela Vista), a Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai, na região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul. Preferiam estabelecer suas aldeias em áreas de mata e próximas a bons cursos de água, nessa região de domínio de Mata Atlântica, o que lhes possibilitava garantia de qualidade de vida em bases sustentáveis para todo o grupo.

Segundo pesquisadores e representantes indígenas as causas de inúmeros problemas vivenciados pelos Kaiowá e Guarani que vivem nessa região, estão ligadas ao processo histórico de redução territorial e confinamento no interior das pequenas extensões de terra reservadas aos mesmos, o que gerou inúmeras mudanças e exigiu profundas atualizações no seu cotidiano, criando desafios novos para a sua organização social.

Entende-se aqui por confinamento o processo histórico de ocupação do território por frentes não-indígenas, que se seguiu à demarcação das reservas indígenas pelo SPI, forçando a transferência dessa população para dentro dos espaços definidos pelo Estado como posse indígena. Indica, portanto, o processo de progressiva passagem de um território indígena amplo, fundamental para a viabilização de sua organização social, para espaços exíguos, demarcados a partir de referenciais externos, definidos com a perspectiva de integração dessa população, prevendo-se sua progressiva transformação em pequenos produtores ou assalariados a serviço dos empreendimentos econômicos regionais (BRAND, 2007).

O confinamento é, assim, o resultado da desterritorialização indígena dos espaços de suas aldeias – *tekoha*, de ocupação tradicional, e a reterritorialização em reservas demarcadas pelo Estado.

A sustentabilidade socioambiental dos índios Kaiowá e Guarani teve seu processo profundamente precarizado, tornando-os dependentes das políticas de segurança alimentar do governo e do aporte de recursos externos. Transformou-os em povos dependentes do fornecimento de cestas básicas e de toda a sorte de ajudas externas, sendo que, durante séculos, produziram alimentos não só suficientes, mas abundantes.

Esse processo de confinamento criou diversos problemas para a organização social dos Kaiowá e Guarani, com consequências alarmantes para a economia indígena dessa etnia.

Os Kaiowá e Guarani espalhavam-se em pequenos núcleos macro familiares, autônomos, sob a autoridade dos mais velhos, *ñanderu* ou *tekoha ruvicha*, líderes de perfil marcadamente religioso. Nessa forma de organização, quando a situação em determinado espaço, por diversas razões, se tornava inadequada, buscavam outros espaços, dentro do mesmo grande território, constituindo novas aldeias.

O atual comprometimento dos recursos naturais em seus territórios dificulta, ainda, a reprodução dos seus conhecimentos tradicionais e questiona suas propostas de autonomia. Por isso, a gestão dos territórios e a relação com o conceito e prática da sustentabilidade têm se tornado fatores recorrentes de estudos e práticas nas aldeias indígenas de todo o país, sendo inclusive tema da 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, realizada em outubro de 2009.

Considerando-se que o território, sob a ótica dos Kaiowá e Guarani, é o espaço no qual as relações de parentesco, com suas complexas redes de comunicação se reproduzem, os processos de territorialização em espaços mais reduzidos ou em outros espaços geram, também, amplos e complexos processos de reorganização social, o que implica mudanças e reafirmações perante a alteridade.

O confinamento dentro das reservas, que se seguiu ao processo de dispersão, impõe uma nova e altamente complexa situação, na qual se destacam exatamente os problemas resultantes da superpopulação, da sobreposição de aldeias e chefias, da restrição na mobilidade geográfica e do gradativo esgotamento de recursos naturais relevantes para a vida e a cultura Kaiowá e Guarani, entre outros.

Segundo Vietta (1997), esses elementos colocam em xeque antigas práticas e vivências sociais, gerando a necessidade de reordenar o modelo de organização social, tendo em vista absorver esta nova realidade.

repensar o estatuto das lideranças políticas, as práticas religiosas, a produção econômica, a concepção da família extensa como elemento estruturador, frente à emergência de um novo modelo de organização que se impõe. Ou seja, procurar novos lugares para as coisas, dar significado próprio a nova realidade. (VIETTA, 1997, p. 70).

Buscando um entendimento inicial sobre o grupo foco dessa pesquisa, ou seja, os Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue, dialogamos com (BENITES, 2014) um indígena Kaiowá nascido nessa Reserva e que realizou seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sendo hoje professor na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Entre outras coisas, ao explicar quem é seu povo, sua origem, ele afirma:

[...] destaco as falas do rezador Nailton Aquino, da aldeia Panambizinho, entrevistado no dia 10 de julho de 2013, quando afirma que “os Kaiowá e Guarani são povos descendentes diretos do nosso Deus denominado *Ñanderu*” (o nosso pai), o qual, segundo ele, também podemos chamar de *ñanderyke'y jusu* ou *ñanderyke'y rusu* (o grande irmão mais velho). Ele é o pai de *Pa'i Kuara* (Sol) e *Jasy* (Lua), personagens dentro da narrativa do mito *iñepyrũmby* (o início) que explica a origem do mundo e dos seres humanos. Afirma, ainda, que o centro do mundo é denominado *Yvy pyru'ã* (o umbigo da terra, ou centro da terra), o lugar onde surgiram os Kaiowá e Guarani, hoje considerado o território tradicional Kaiowá e Guarani - *ñane retã*. (BENITES, 2014, p. 34)

Esse mesmo pesquisador indígena ao buscar a articulação do conhecimento científico com o conhecimento tradicional de seu povo afirma:

Para falar sobre o conhecimento ou a ciência na perspectiva Kaiowá e Guarani, utilizo o termo *arandu* (*ara* é tempo, dia; *ndu* vem do termo *ohendu*, que significa ouvir escutar, contemplar). Assim, traduzindo este termo, podemos dizer que *arandu* é ouvir o tempo, vivenciar, conhecer com a experiência de vida, na relação intrínseca com o ambiente. (BENITES, 2014, p. 38)

Nessa mesma perspectiva, Ramires (2016) – também indígena Kaiowá nascido nessa Reserva Indígena Te'yikue, e que também realizou seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sendo professor na Escola Indígena Ñandejara, da Aldeia Te'yikue, em Caarapó, Mato Grosso do Sul – explica quem é seu povo, buscando mostrar sua origem conforme a sua cosmologia:

A explicação conforme a cosmologia, a localização do *Ñande Retão Tekoha Guasu* – o Território Guarani Grande Povo, localiza-se onde nasceu o nosso princípio – *ojasojaó haguépe*, quando nasceu enterrou a placenta nesse lugar, que os Kaiowá e Guarani entendem como o *Yvy Pyte*, o centro da terra, portanto seus descendentes migram em torno dela. (RAMIRES, 2016, p. 40-41)

Ao falar sobre os Saberes – Arandu na cosmovisão Kaiowá e Guarani, esses possuem relações recíprocas com os movimentos e os fenômenos da natureza (universo – mundo) e relações intrínsecas com a espiritualidade, por isso entende-se que o sonho é um mecanismo de intersecção que o conecta com a espiritualidade.

Nessa perspectiva, podemos entender o significado do *rando*, o *ara* é o universo, entendido também como “mundo”, o *ndu* é sufixo que traz o significado de ouvir, escutar o movimento do universo, do mundo, de compreender os movimentos dos fenômenos da natureza. [...] Nesse sentido nós Kaiowá e Guarani, observamos muito o espaço e o tempo (universo – mundo), quando surge algo ao redor do sol ou da lua, os relâmpagos distantes, a noite em ponto localizado, porque na nossa cosmovisão cada ponto no universo é entendido como o mundo e tem o lugar específico dos espíritos de diferentes Dono/Deus – *jará*. E tem o lugar dos mortos – *kañyngüery retã* onde vão após morrer. Quando alguém morre sempre aparece um relâmpago quase que discreto, é entendido que eles estão felizes, recebendo aquele que está chegando e, quando nasce, tem o *jara* específico de cada um enviado aqui na terra: tem a enviada de *Paikuara* – Sol, *Jasy* – Lua, *Marany* – Temporal, *Jakaira* – Dono do milho. (RAMIRES, 2016, p. 46).

Lescano (2016) fala de sua origem e identidade indígena, sendo do povo Ava Guarani, considerado como *Nhandéva*, e também do povo *Tavyterã*, considerado Kaiowá, nasceu e é morador na Aldeia Taquaperi, onde foi o primeiro diretor da Escola Indígena Municipal Ñande Reko Arandu, no município de Coronel Sapucaia. Sendo professor efetivo dessa escola, realizou seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), e em sua dissertação de mestrado busca entender e explicar as diferenças culturais dos Tavyterã e dos Ava

Guarani, e como faz questão de frisar, com muita cautela, para não fortalecer mais um e enfraquecer os valores culturais do outro.

Nessa mesma linha de entendimento de seu povo dando ênfase no papel central da espiritualidade na cultura dos Guarani e Kaiowá, Lescano (2016) afirma:

Os Kaiowá se identificam nos cantos e nas rezas, assim também os *Nhandeva* têm seu próprio caminho de rezas. O caminho dos cantos e das rezas dos rezadores *Nhandeva* são para os guardiões do Arco-íris, chamados de *Jy'y*; eles são os intermediários dos cantos e das rezas dos *Nhandeva*, por isso, quando cantam e rezam, logo chega a ventania e depois a neblina seca sem chuva, o trovão e o relâmpago. O *Jy'y* também é guardião dos animais que rastejam, por isso, na época do vento forte, as cobras viajam e chegam até as casas. [...] Os *Kaiowá* têm outro caminho de rezas: o *ñe'ëngary*, feito diretamente ao *Ñande Ramõi Papa*, considerado o nosso ancestral. As rezas são respondidas por meio de trovões, relâmpagos, chuvas e tempestades, mas sem neblina, que o próprio *Ñande Jára* (nosso Deus) envia. (LESCANO, 2016, p. 13)

Essas explicações sobre os Guarani (*Nhandeva* e *Kaiowá*) nos mostram de forma clara que, em sua cosmologia, detêm o controle sobre a natureza em toda sua dimensão, inclusive sobre o clima, podendo movimentar esses elementos em função de suas necessidades e merecimento.

A luta pela retomada dos territórios tradicionais

A luta pela retomada dos territórios tradicionais Kaiowá e Guarani no município de Caarapó, região da Grande Dourados em Mato Grosso do Sul se deu a partir da década de 1990, quando integrantes da família Vilhalva voltaram ao território de seus antepassados, denominado *Tekoha Guyra Roka*, de onde foram retirados e levados para Reserva Indígena Te'yikue entre as décadas de 1930 e 1940.

A volta da família Vilhalva no seu *Tekoha* tradicional possibilitou que outras famílias da Reserva Indígena Te'yikue se mobilizassem para lutar pelo território tradicional de seus antepassados. Os mais velhos das famílias tradicionais que nasceram no entorno ou próximo começaram a se organizar politicamente com as demais lideranças tradicionais para voltar naquele lugar, pois segundo eles, lá ficaram enterrados os seus pedaços (a sua placenta e o cordão umbilical) e os seus antepassados.

Em 2012, ocorreu o assassinato do jovem estudante Denilson Barbosa, de 15 anos. Ele pescava no córrego de uma fazenda próxima à Aldeia Te'yikue, e o fazendeiro atirou nele com uma espingarda. Depois de o ter matado, o próprio fazendeiro levou o corpo, jogando a uma distância de mais ou menos 5 km do local do assassinato, forjando a morte como acidente de carro. Enquanto o fazendeiro carregava o corpo do jovem na caminhoneta para jogar o corpo na beira de uma estrada, o irmão menor e o cunhado que conseguiram escapar foram avisar os pais.

Quando o pai foi na fazenda procurar o corpo do filho, alguém já o tinha encontrado na margem de uma rodovia e ligado para a polícia, e acionaram as lideranças da aldeia para o reconhecimento, em seguida eles avisaram à família. Logo houve mobilização das famílias e da comunidade para iniciar o processo de retomada da área reivindicada, o *Tekoha Pindo Roky*.

A família do jovem levou o corpo para sepultar no local onde ele fora assassinado, com suporte da comunidade da Reserva Indígena Te'yikue; em apoio, a escola da reserva teve uma semana de paralisação.

A partir da retomada do *Tekoha Pindo Roky*, outras famílias foram se articulando para iniciar as lutas e retomadas das áreas tradicionalmente reconhecidas pelas famílias Guarani e Kaiowá no entorno da reserva indígena Te'yikue, como o *Tekoha Itagua*, *Paĩ Tavyterã* e *Te'yi Jusu*. As áreas que foram retomadas antes do *Tekoha Te'yi Jusu* não tiveram muitos confrontos com os ruralistas.

Na retomada do *Tekoha Te'yi Jusu*, os fazendeiros, juntamente com milícias armadas, fizeram uma tentativa de retirada forçada das famílias do local. Atacaram as que estavam na área com mais de cinquenta caminhonetes e partiram para cima das pessoas no intuito de as atropelar, criando uma cena de guerra, fazendo manobras radicais para cima dos indígenas. Com movimentos ágeis, conseguiram se livrar das caminhonetes.

Não obtiveram o êxito de retirar as famílias da área de retomada nesse momento. Os fazendeiros, juntos com os milicianos e com apoio de

Departamento de Operações da Fronteiras (DOF), tentaram várias vezes retirar e intimidar as famílias das retomadas.

No mês de junho de 2016, houve a retomada da Fazenda Yvu. Na tentativa de retirar as famílias do local, fazendeiros e milícias atacaram a comunidade com mais de 150 caminhonetes, trator, pá carregadeira e um trator Jhondeer, deixando uma vítima fatal com dois tiros, outros seis feridos gravemente com munições de vários calibres. Entre os feridos estavam um adolescente de 12 anos e uma mulher, além de mais de vinte feridos com balas de borracha. Destruíram toda as barracas, queimaram mais de cinquenta motocicletas da comunidade, roupas, alimentos, panelas e enterraram esses utensílios com a pá carregadeira.

No dia em que atacaram e fizeram várias vítimas, outras famílias ocuparam várias fazendas e sítios localizados no entorno da reserva.

Atualmente existem nove retomadas das áreas no entorno da Reserva Indígena Te'yikue, reconhecidas pelos Guarani e Kaiowá como áreas tradicionais de seu povo: *Pindo Roky, Pai Tavyterã, Itagua, Ñandeva, Ñamói Guaviray, Jeroky Guasu, Te'ýi Jusu, Kunumi Vera e Guapo'y.*

Depois de mais de 80 anos da demarcação da Reserva Indígena Te'yikue e confinamento da comunidade, os recursos naturais da reserva não são mais compatíveis para o atendimento das necessidades da comunidade, então as famílias tradicionais voltaram para seu território de origem, do qual haviam sido retiradas no século passado.

O aumento demográfico populacional não permite praticar mais as questões culturais da comunidade, como os cuidados com a natureza, reprodução física e espiritual, práticas culturais, produção sustentável no sistema agroflorestal, entre outras atividades, que estão intrinsecamente ligadas à existência Guarani e Kaiowá.

O viver em sistema de confinamento imposto aos Guarani e Kaiowá limita as condições de seu modo de vida; com isso, famílias extensas vivem constantemente em conflito com a organização da reserva sob o regimento

interno hegemônico. Isso se deve ao fato de que, para os Guarani e Kaiowá, cada família extensa da comunidade tem a sua organização interna.

Com a retomada dos territórios tradicionais, percebe-se que cada área de retomada é constituída por uma família extensa e seus agregados, voltando a exercer o papel de lideranças dentro da perspectiva Guarani e Kaiowá.

A maior dificuldade que as famílias encontram no cenário atual das retomadas de território tradicional é o acesso às políticas públicas, pois na reserva tinham acesso aos benefícios das políticas públicas, como educação, saúde, saneamento, entre outras, o que não acontece no caso das áreas de retomada dos territórios tradicionais.

As comunidades das retomadas vivem na insegurança e incerteza de que seu território seja demarcado, por conta de preconceito e constante ameaça com reintegração de posse, dificultando as práticas de produção permanente de alimentos e construção de suas casas, assim constroem a sua moradia de forma improvisada.

A Terra Sem Mal – Ou onde podemos ser um bom Guarani e Kaiowá

Na concepção dos mais velhos, para formar um bom Guarani e Kaiowá, é preciso seguir rigidamente o fundamento da educação Kaiowá e Guarani. Isso está intrinsecamente relacionado com a territorialidade, para as práticas de (re)produção física e de espiritualidade Kaiowá e Guarani. Portanto, não deve ser apenas um espaço para morar. É preciso estar no território tradicional do seu princípio, onde os seus ancestrais viviam e conviviam em harmonia com a natureza.

Para os Kaiowá e Guarani a natureza tem o seu dono – *Jara* – por isso deve ser respeitado. Ambos possuem relação recíproca, pois esse oferece abrigo, alimentos, entre outras coisas, e os Jara esperam a retribuição da humanidade, como os cuidados necessários para a manutenção do equilíbrio da vida, e os anciões possuem o meio de comunicação com o seu *Jara*.

No entendimento Kaiowá e Guarani, quando a humanidade agride o seu lar, a natureza responde em várias situações, como longa estiagem, chuva com

rajada de ventos e granizos, raios fazendo grandes estragos e provocando prejuízos.

Nesse sentido, os Kaiowá e Guarani têm a preocupação com os cuidados com a natureza. A mobilidade espiritual e material está intrinsecamente relacionada com o calendário tradicional: tem o tempo da chuva, de raio, trovão, estiagem, geada, agricultura, eclipse, reprodução dos animais terrestres e aquáticos, floração e coletas de frutas nativas, etc.

Os Ñanderu e/ou Anciões Kaiowá e Guarani observam a mobilidade do universo, escutam e conversam com a natureza. Essa observação que eles fazem é para entender como está o fenômeno da natureza e durante a passagem de ano, aparecem sinais que são observados, como o trovão, o vento, o relâmpago, os raios, o arco-íris, as neblinas, os cantos dos pássaros. Muitos desses sinais eles veem a olho nu e escutam os sons transmitidos através de mato/floresta, rios/riacho, cantos dos pássaros.

A partir do que observam e escutam, os Anciões, *Ñanderu*, *Mandis Kuéra* Kaiowá e Guarani realizam as rezas para se comunicar com os *Jaras*. As rezas são feitas para impedir os fenômenos da natureza que estão para acontecer que podem trazer consequências ruins para a comunidade, bem como para neutralizar os fenômenos que já estão acontecendo.

Além dessas observações citadas acima, os guardiões Kaiowá e Guarani prezam muito pelos sonhos. O que eles veem nos sonhos são avisos que podem vir acontecer e muitos deles são possíveis de controlar através das rezas, mas alguns sonhos têm apenas a função de mostrar para eles o que vai acontecer, como, por exemplo, quando pessoas de grande importância e/ou de referência no *tekoha* serão perdidas.

Na atualidade há preocupações com os nossos guardiões Kaiowá e Guarani – aos poucos, conforme sua idade vai avançando. Além disso, vivemos um momento em que o pai celestial está recolhendo-os, e há poucas pessoas se preparando para ocupar esse estatuto de guardiões Kaiowá e Guarani como Rezador ou Rezadora. Um exemplo dessas perdas foi o Ñanderu Ponciano Paulo que, no início de abril de 2022, veio a falecer com mais de 90 anos.

O Ñanderu Lídio Sanches está preparando o seu filho mais novo para ser o seu sucessor. Durante o período em que os *Ñanderu* estão em atividade, os seus auxiliares, que chamamos em guarani de *Yvyra'ija*, têm que estar ao seu lado para a transmissão de ensinamentos na prática. Quando o seu mestre não estiver mais presente aqui na terra, os *Yvyra'ija* assumem a função e se tornam o novo Ñanderu e/ou *Ñandesy*.

As preocupações dos donos dos saberes e/ou das rezas, que são os guardiões Kaiowá e Guarani, é muito grande com os que vão para o espaço celestial. Cada guardião leva consigo as rezas, os saberes, as espécies das plantas cultiváveis na roça, medicinais, frutas. Os guardiões que ficam aqui na terra, tendo o conhecimento das rezas, dos cantos, conseguem manter esses saberes vivos para os seus descendentes.

Muitos dos que tinham abundância hoje cada vez mais encontram-se em escassez, porque cada guardião leva junto com os *Jara* as espécies que ficavam sob seus cuidados, ou as suas plantações. As plantações não produzem como antes, as pragas atacam, interferindo no seu desenvolvimento, o solo fica improdutivo. São as interferências da espiritualidade dos *Jara*.

Os fenômenos climáticos, hoje tão falados, são as revoltas com os seres humanos que destroem a natureza. Segundo os Ñanderu, enquanto ainda existirem os guardiões Kaiowá e Guarani não há de acontecer as piores ações da natureza para as comunidades, como vendavais e/ou ventanias fortes que podem destruir os *tekohas*. Através das observações dos *Ñanderu* e *Ñandesy* – Guardiões a respeito dos fenômenos da natureza –, as rezas são feitas para iniciar ou fazer parar as chuvas e impedir que as doenças avancem na comunidade/*tekoha*.

Portanto, eles controlam o clima, ou seja, fazem vir ou ir embora a chuva, a neblina, a friagem e outros movimentos da natureza que os não indígenas chamam de clima.

Por isso, o papel dos anciões é muito importante para manter o equilíbrio da natureza. Os anciões são detentores dos saberes tradicionais, mantidos vivos há milênios, passando de geração a geração a seus descendentes. Eles são

observadores da natureza, assim percebem e enxergam os movimentos “astronômicos” e, através das rezas, comunicam-se com os *Jaras*, de quem recebem forças sobrenaturais para cuidar de seu povo, da comunidade, das famílias etc.

Essa relação é recíproca entre os *Ñanderu* – rezador, ou *Ñandesy* – rezadora, e os *Jaras* – Donos/Deus que constroem o *teko marangatu*, *teko pavẽ*, *teko joja*, *teko katu* – o bem viver, jeito de viver em harmonia, sagrado e solidário.

No entanto, para os anciões, a manutenção do equilíbrio da natureza atualmente tornou-se uma preocupação. Com a perda dos territórios tradicionais, fica cada vez mais difícil a manutenção desse equilíbrio, porque o espaço de confinamentos onde estão hoje está superpopuloso e não propicia mais praticar o modo de viver do jeito tradicional Kaiowá e Guarani.

A garantia da continuidade dos saberes tradicionais está intrinsecamente ligada à recuperação dos territórios tradicionais, onde as vozes dos nossos ancestrais estão gritando para que os Kaiowá e Guarani retornem. Por isso os anciões e as lideranças tradicionais lutam incansavelmente para recuperar os *tekoha* tradicionais, que são a garantia de continuidade dos nossos saberes tradicionais e da busca pela Terra Sagrada – *Yvy Marane'ỹ* e do bem viver Kaiowá e Guarani.

Segundo Meliá (1990),

A busca da terra-sem-mal não é senão um elemento, ao lado de outros, de um sistema de reciprocidade, ameaçado de múltiplas formas, porém sempre procurado como definição essencial. Deste modo, a própria busca da terra-sem-mal manifesta diversas formas, desde a migração real até o "caminho espiritual", celebrado ritualmente e praticado asceticamente. Em todas essas formas, sem embargo, há inerente um xamanismo, já que a percepção do mal não é nunca uma mera constatação técnica, senão um discernimento no qual entram em consideração tanto fatores ecológicos como tensões e perturbações sociais e inquietudes religiosas. (MELIÁ, 1990, p. 42)

Podemos afirmar que a terra-sem-mal dos Kaiowá e Guarani têm aproximações com o bem viver dos povos andinos. Para o economista equatoriano e ex-vice-ministro de Economia do Equador, Pablo Dávalos, as formas ancestrais de convivência indígena são formas políticas de resistência ao capitalismo e à modernidade e configuram alternativas para o sistema capitalista (UNISINOS, 2010).

Não apenas um modo de vida pueril e harmônica entre o ser humano e a natureza: a ética indígena do Bem Viver, na opinião do economista equatoriano Pablo Dávalos, é alternativa ao modo capitalista de produção, distribuição e consumo. É, acima de tudo, parte do “discurso das resistências e das mobilizações”. Por isso, o Bem Viver é “uma forma diferente de relação entre a sociedade e a natureza, e a sociedade e suas diferenças”, na qual “a individualidade egoísta deve se submeter a um princípio de responsabilidade social e compromisso ético”, afirma. Nesse contexto, a natureza é reconhecida como parte fundamental da socialidade humana. (UNISINOS, 2010, p. 5).

Esse entendimento do papel dos rezadores no equilíbrio da natureza a partir da cosmologia dos Guarani e Kaiowá é explicado por Heitor Medeiros e João Carlos Gomes numa série de cinco vídeos documentários gravados com três rezadores tradicionais de Reserva Indígena *Te'yikue*: senhores Lídio Sanches, Florêncio Barbosa, conhecido como baixinho, e com Ponciano, além de dois vídeos com o professor da Escola Municipal Indígena *Ñandejara Pólo*, Lídio Cavanha Ramires, entre julho de 2017 e fevereiro de 2018.

No vídeo documentário *Os saberes do professor indígena Lídio Cavanha Ramires: Contribuindo com a Educação Ambiental e Justiça Climática*, uma entrevista realizada na Reserva indígena *Te'yikue*, em agosto de 2017, o professor afirma:

Até na fala do Ñanderu, do Seo Lídio, do Seo Baixinho, a gente percebe assim, na fala deles, assim, que hoje já tem pouco, pouco rezador, tem pouca pessoa que conhece essa reza. Porque antigamente quase a maioria de cada chefe de família conhecia essa reza, mesmo não sendo rezador, tinha aquele cacique rezador mesmo, e aquele que conhece e reza mas não se reconhece como rezador, apenas como conhecedor daquela reza, ele não é rezador, não é cacique [...] Tem aquele que já é rezador, cacique, alguns falam pajé, ou xamã que chamam, né, então já é, já tem essa figura de ser rezador, então tem um que mesmo sendo chefe de família conhece aquela reza, aprende, mas usa apenas para si.

Então para nós enquanto haver pessoas que conhece, então tem esse controle tem essa comunicação com a espiritualidade, com o Ñanderu, com nosso Deus maior, portanto com a chuva, com o mal. Tem a coisa da violência. Porque acontece tantas essas coisas de violência.

Os rezadores senhores Lídio Sanches, Baixinho e Ponciano, anciões que gozam da mais alta respeitabilidade de toda a comunidade da Aldeia *Te'yikue*, entendem que seu papel na aldeia é fundamental. Eles também têm dificuldade de dar continuidade a seus saberes, face a todas as mudanças nos últimos anos.

Seus depoimentos, gravados em vídeos e editados a partir desse projeto articulado com a REAJA, estão todos em Guarani, até por conta de dois deles não falarem português.

Nos vídeos, eles falam de suas vidas, da importância dos rezadores e rezadoras para a manutenção da cultura Guarani e Kaiowá e ensinam como os saberes dos quais são os guardiões estão conectados com o equilíbrio do planeta em toda sua dimensão, ou seja, nos saberes ancestrais dos rezadores estão os segredos e mistérios de uma forma de conexão com as coisas sagradas do universo que não pode se perder.

Esses saberes contidos na cosmovisão dos Guarani e Kaiowá estão registrados na memória ancestral e presentes atualmente na memória de poucas pessoas, que são os guardiões dessa conexão dos humanos com o sagrado, e estão guardados em uma língua ainda falada por muitas pessoas que vivem principalmente no Brasil e no Paraguai, que é a língua Guarani. Mas a academia e os homens que são os donos do poder falam inglês, francês, alemão, espanhol, italiano e outras línguas dos colonizadores que construíram uma forma de olhar e entender o mundo a partir da perspectiva ocidental desses que colonizaram diversas regiões do mundo, inclusive *Abya Yala*, ou a América, como eles a chamaram.

Os saberes dos povos originários de todas as partes do mundo, portanto também daqui, não são considerados importantes e necessários e os não indígenas não querem conhecê-los daí a rejeição de se aprender a falar o Guarani, pois esses povos, essa língua não interessa, não é importante.

Com isso, os saberes Guarani e Kaiowá não são reconhecidos e não são respeitados, e principalmente por isso eles se mantêm no mundo dos encantados, e serão e estarão sempre presentes em sua cosmologia e cuidando do equilíbrio da vida nesse planeta.

O clima pode estar mudando para os não indígenas, inclusive para além da sua capacidade para impedir os desastres que estão vindo e já estão presentes por conta desse desequilíbrio planetário, mas para os Guarani e Kaiowá seus rezadores têm os conhecimentos para o equilíbrio das forças da

natureza, portanto também do clima. Sabem que eles são sagrados e que, portanto, estão no mundo dos encantos da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmado anteriormente, os Guarani *Ñhandeva* e Kaiowá em sua cosmologia detêm, através das rezas realizadas pelos rezadores, o controle sobre a natureza em toda sua dimensão e, portanto, sobre o clima, podendo esses rezadores movimentar os elementos da natureza em função de suas necessidades e do merecimento da comunidade.

A partir dessa constatação, é possível aferir que as mudanças climáticas para esses povos acontecem mais por conta do enfraquecimento de sua cultura tradicional, pela imposição da cultura ocidental hegemônica na vida dos Guarani e Kaiowá, onde os rezadores estão perdendo sua função dentro da comunidade, do que propriamente por conta dos impactos ambientais advindos das ações realizadas pelos humanos ligadas ao seu modo de produção e consumo presente no sistema capitalista burguês.

Portanto, o desaparecimento da cultura dos povos Guarani e Kaiowá pode levar ao desaparecimento da sociedade humana na Terra, pois, sem os guardiões do planeta, detentores de conhecimentos ancestrais que possibilitaram o equilíbrio da natureza para os Guarani e Kaiowá, portanto, para toda a humanidade, sem eles o mundo pode estar chegando ao seu fim.

O controle das mudanças climáticas no planeta Terra pode ter a participação da ciência dos não indígenas, pois ela está também presente na cosmologia dos Guarani e Kaiowá, mas, para tanto, é necessária a garantia da manutenção da cultura desses povos originários em seus territórios tradicionais como condição mínima para seu sucesso.

Importante entender aqui que essa manutenção dessa cultura tradicional dos Guarani e Kaiowá, mesmo sabendo que a cultura é dinâmica, passa pela manutenção de toda sua ciência, com todos os seus saberes, e que os guardiões desses saberes são seus rezadores (os *Ñanderu*) e que “sem *tekohá* não há *teko*”.

REFERÊNCIAS

- BENITES, Eliel. **Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te'yikue**. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2014, 130 p.
- BRAND, Antônio José. Os Kaiowá e Guarani no imaginário regional. Trabalho apresentado no **II Seminário de Estudos de Antropologia e História Ameríndia**, organizado pela PUC/RS, 2007, datilografado, 16 p.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília, 1999.
- GUIMARAES, Mauro & MEDEIROS, Heitor Queiroz. Outras Epistemologias em Educação Ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. **REMEA (Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental)**, E-ISSN 1517-1256, Ed. Especial, julho/2016.
- LESCANO, Claudemiro Pereira. **Tavyterã Reko Rokyta: os pilares da educação Guarani Kaiowá nos processos próprios de ensino e aprendizagem**. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2016. 108 f.
- MELIÁ, Bartolomeu. A Terra sem Mal dos Guarani – Economia e Profecia. In: **Revista de Antropologia**, v. 33. São Paulo, 1990, p. 33-46.
- RAMIRES, Lídio Cavanha. **Processo próprio de ensino-aprendizagem Kaiowá e Guarani na Escola Municipal Indígena Nandejara Pólo da Reserva Indígena Te'yikue: saberes Kaiowá e Guarani, territorialidade e sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2016. 121 f.
- SATO, Michele. **Projeto Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental (REAJA)**. Edital nº 037/2016 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). Redes de Pesquisa em Mato Grosso do Governo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2016.
- UNISINOS, Sumak Kawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, RS, 2010, Edição 340.
- VIETTA, Katya. Programa Kaiowá/Guarani: algumas reflexões sobre Antropologia e prática indigenista. **Multitemas**, Campo Grande, UCDB, n. 4, p. 68-85, out. 1997.